

**“MAIS VALE UM JEGUE QUE
ME CARREGUE, QUE UM CAMELO QUE
ME DERRUBE... LÁ NO CEARÁ”**

*“BETTER A DONKEY THAT BEARS
ME THAN A CAMEL THAT BUCKS
ME...UP IN CEARA”*

Maria Margaret Lopes*

LOPES, M. M. 'Better a donkey that bears me than a camel that bucks me... up in Ceará'. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, III (1): 50-64 Mar.-Jun. 1996.

This article on the Scientific Commission for the Exploration of the Northern and Northeastern Brazilian Provinces — sponsored by the Instituto Historico e Geografico Brasileiro (IHGB) in 1856 and comprised solely of Brazilian naturalists and engineers — points out some lesser known aspects of how this expedition was an integral part of the Rio de Janeiro National Museum's scientific activities. In so doing, it also sheds some light on the important role that the National Museum played in Brazil's mid-1800's scientific context. The article further identifies institutional, political, and personal networks of scientific relations among those who dedicated themselves to establishing and consolidating the natural sciences in Brazil.

KEYWORDS: *natural sciences, history of science, scientific expeditions, National Museum.*

Introdução

“Ecoam pelo ar
Histórias de tesouros escondidos
Sou poeta da canção
E embarco nesse sonho encantado
Vou com destino ao Ceará
Em busca de um novo eldorado.”

* Geóloga, doutora em história das ciências pela Universidade de São Paulo (USP), professora e pesquisadora da área de educação aplicada às geociências do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

(Samba de enredo do G. R. E. S. Imperatriz Leopoldinense, que obteve o primeiro lugar no desfile das principais escolas de samba do carnaval de 1995 no Rio de Janeiro).

Trazendo à lembrança a fala de uma personagem da obra *A farsa de Inês Pereira* de Gil Vicente, teatrólogo português do século XV — “Mais vale um asno que me carregue, que um cavalo que me derrube” —, a escola de samba Imperatriz Leopoldinense apresentou a ‘saga’ da Comissão Científica de Exploração, explicando que seu enredo tratava “de expedição científica ao Ceará que contou com 14 camelos importados, depois trocados por jegues”.

E esse talvez tenha sido o maior reconhecimento público da importância da Comissão do Ceará, como ficou conhecida uma das mais significativas iniciativas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), para a exploração científica das províncias do Norte e Nordeste do país em meados do século passado. Apelidada pejorativamente, a sua época, de Comissão das Borboletas, essa expedição de exploração foi praticamente esquecida pelos historiadores das ciências no Brasil.

Embora também aqui não a tratemos com a profundidade que merece,¹ este artigo ressalta aspectos pouco conhecidos do quanto essa primeira expedição de naturalistas e engenheiros brasileiros, proposta através do IHGB, integrava, na verdade, as atividades científicas do Museu Nacional do Rio de Janeiro, no conjunto de todo um processo de consolidação das ciências naturais no Brasil. Debateremos a saga da Comissão de Exploração tendo em mente, mas guardadas as devidas proporções, as inter-relações que Bruno Latour (1987) propõe existirem entre as viagens de exploração científica, os museus e a consolidação das ciências naturais.

Latour considerou que reunir imensas coleções à custa das grandes viagens de exploração foi a maneira através da qual se forjou a história natural. Para ele, historiar o longo processo de maturação das ciências naturais na Europa seria, em grande parte, o mesmo que fazer a história da mobilização de tudo aquilo que pôde ser removido e “despachado para casa”, pelos viajantes. Assim, os zoólogos puderam, ao se deslocarem apenas alguns metros, viajar através de todos os continentes em seus museus de História Natural. Muitos aspectos comuns, que até então não podiam ser vistos em espécies distantes no tempo e no espaço, passaram a aparecer facilmente entre o conteúdo de uma vitrina e o da próxima. Latour sugere que, mais do que nos maravilharmos ou surpreendermos com as diferenças cognitivas que se deram nesse processo, atentemos sim para esta mobilização geral do mundo, que capacitou alguns poucos cientistas, em algum lugar em Kew Gardens, a dominar visualmente todas as plantas da Terra.

Os museus criados na Europa a partir do século XVII e multiplicados por todo o mundo ao longo dos séculos XVIII e XIX, organizados como espaços privilegiados para a articulação do olhar dos naturalistas, foram em grande medida os responsáveis por essa mobilização geral do mundo, que está na base do processo intrincado que forjou as ciências naturais.

Local e modestamente, o Museu Nacional vai se constituir no pólo aglutinador do conjunto de iniciativas que ao longo do século XIX vão viabilizar a consolidação das ciências naturais no Brasil, e, entre estas, a Comissão do Ceará foi talvez, ao lado da fundação da Sociedade Vellosiana (também organizada pelos diretores do

¹ Um estudo mais abrangente sobre as expedições científicas brasileiras vem sendo organizado pela autora no âmbito de uma pesquisa mais ampla sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil.

Museu Nacional), um dos marcos mais significativos desse processo.

A proposta e a formação da comissão científica

“Sobre essa Comissão Científica que por escárnio se denominou das borboletasDigamo-lo para quem o ignora ... a indústria e a ciência não têm oposição nem governismos; aquela localiza-se às vezes segundo as condições de sua existência, esta porém nem mesmo tem pátria, é cosmopolita! A divisa de ambas é o *progresso* e o *desenvolvimento*. ... Diremos também que falar contra a exploração científica do país é prova da mais crassa e imperdoável ignorância como também de criminoso desinteresse pelo seu progresso material...” (*Diário do Rio*, transcrito em *O cearense* em 4.10.1861, em Braga, 1962, pp. 128-9).

Manuel Ferreira Lagos, adjunto da Seção de Anatomia Comparada e Zoologia do Museu Nacional desde 1854, e também secretário do IHGB, foi um dos proponentes da Comissão Científica, na reunião do instituto de 30 de maio de 1856. Contrapondo-se aos trabalhos de alguns viajantes estrangeiros, como o do conde de Castelnau, por sua falta de rigor, argumentava em favor da necessidade urgente de uma expedição de nacionais. Afirmava que a exploração do interior desconhecido do país forneceria não só informações sobre climatologia, topografia, cursos dos rios, minerais, plantas, animais, costumes, língua e tradições dos indígenas, o que permitiria ao governo melhor conhecer as urgências e potencialidades do interior, como também acenava com possibilidade jamais descartada da “descoberta de uma baga ou da folha de um arbusto [capaz de] enriquecer qualquer estado” (Braga, op. cit., p. 17).

A proposta aprovada e encaminhada ao governo já contemplava também a preocupação de Lagos com o incremento das coleções do Museu Nacional:

“Propomos que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro se dirija ao Governo Imperial, pedindo-lhe haja nomear uma comissão de engenheiros e de naturalistas nacionais para explorar algumas das províncias menos conhecidas do Brasil, com a obrigação de formarem também para o Museu Nacional uma coleção de produtos dos reinos orgânico e inorgânico e de tudo quanto possa servir de prova do estado de civilização, indústria, usos e costumes dos nossos indígenas” (*Revista do IHGB*, t. 19, 1856, p.12).²

² Agradeço à bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Luciana Aricó Rathsam, a coleta do material relativo à Comissão Científica de Exploração nas publicações do IHGB.

O ministro Couto Ferraz, dando conta das atividades do IHGB no ano de 1856, refere-se à organização da comissão, proposta

pelo instituto, afirmando que dela "tratarei no artigo — Museu Nacional". E assim o fez. Referindo-se à situação das coleções do Museu Nacional, o ministro dizia que "é de se esperar que o Museu muito se enriqueça com os produtos que serão por ela [a Comissão Científica] colhidos nos três reinos da natureza", e que, de sua parte, dava "a maior importância a essa Comissão, convencido de que vai preencher uma lacuna que há muito tempo sentíamos. Seus resultados compensarão largamente os sacrifícios que forem feitos" (Couto Ferraz, 1857, pp. 72 e 75). Ou seja, uma proposição do instituto, diretamente relacionada ao Museu Nacional, foi este o entendimento dos ministros do Império sobre a comissão. Tanto assim que a Comissão Científica de Exploração passará a ser tratada pelos ministros em seus relatórios apresentados às Assembléias Legislativas até o ano de 1867, e não mais no item IHGB, mas sim antecedendo, seguindo ou mesmo no item Museu Nacional.

Concretizada pela Lei de Orçamento e Despesas para os anos de 1857 e 1858, a comissão foi organizada em cinco seções: Botânica, dirigida por Francisco Freire Alemão, um dos mais conhecidos botânicos brasileiros; Geológica e Mineralógica, por Guilherme Schüch de Capanema,³ o adjunto da Seção de Geologia e Mineralogia do Museu Nacional desde 1849; Zoológica, pelo próprio Ferreira Lagos; Astronômica e Geográfica, por Giacomo Raja Gabaglia, matemático e lente da Academia da Marinha; e Etnográfica e Narrativa da Viagem, pelo conhecido poeta romântico Antonio Gonçalves Dias, bacharel, professor de história e latim do Colégio Pedro II.

Todos os chefes de seção eram sócios do IHGB e dois deles, diretores do Museu Nacional. Integravam ainda a comissão como adjuntos: Manuel Freire Alemão (sobrinho de Francisco Freire Alemão) e João Martins da Silva Coutinho, futuros diretores das seções de Botânica e Geologia do Museu Nacional; João Pedro Villa-Real, naturalista preparador (seu irmão Luís Antonio Villa Real era adjunto da Seção de Zoologia do museu desde 1855); Agostinho Vitor Borja Castro, formado em matemática pela Escola Militar, que viria a ser professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1872, e José Reis de Carvalho, professor de desenho na Escola da Marinha, que seria o desenhista da comissão, entre outros (Macedo, 1859).

A organização e a partida da comissão

"Levo comigo a ciência
Do país da sapiência
Tudo eu quero relatar
Nessa expedição bem brasileira
Chegam mouros e camelos
Não precisa se assustar..."

³ Capanema, que parece ter tido grande ascendência sobre alguns membros da comissão, gozava de grande prestígio na Corte. Filho de Roque Schuch, o bibliotecário austríaco da imperatriz d. Leopoldina era amigo de infância do imperador e cunhado de Manoel de Araújo Porto Alegre, o diretor da Seção de Numismática do Museu Nacional.

Cada chefe de seção redigiu as instruções da sua parte do trabalho e, na ausência de Raja Gabaglia e Gonçalves Dias, que estavam na Europa, o conselheiro e senador Cândido Batista de Oliveira, diretor do Jardim Botânico desde 1851, redigiu as instruções da seção de Astronomia e Geografia, e Manoel de Araújo Porto Alegre, também diretor do Museu Nacional e da Academia de Belas Artes, redigiu as de Etnografia. Essas instruções, que por si só mereceriam uma análise à parte, explicitam os objetivos dos trabalhos de cada uma das seções, tendo como traços comuns a preocupação em seguir as tradições locais para a busca dos recursos naturais, de possível uso econômico, e a coleta de “tudo em quantidade suficiente para ser distribuído pelos museus nacionais e mesmo estrangeiros” (*Revista do IHGB*, t. 19, 1856, p. 43).

Referimo-nos a elas rapidamente, na medida em que nos permitem visualizar aspectos das compreensões que os diretores do Museu Nacional e das principais instituições científicas da Corte tinham sobre suas ciências, bem como alguns de seus interesses de estudo.

À Seção de Botânica cabia tanto o estudo dos vegetais silvestres, particularmente aqueles fornecedores de quaisquer produtos úteis, como dos cultivados, além da preocupação com o “delineamento da geografia botânica do Brasil”. À Geológica e Mineralógica, de acordo com os principais interesses do governo à época, cabia investigar minerais, em seus variados modos de ocorrência e, se descobertos depósitos, avaliar suas condições de prospecção e pesquisa mineral. Ocupando-se ainda dos estudos geognósticos, especial atenção deveria ser dada aos fósseis, especialmente aos foraminíferos — excelentes indicadores estratigráficos —, aos contatos entre as diferentes litologias, bem como à qualidade dos solos agrícolas e das águas não só em função das secas, mas também das possibilidades de indicarem a existência de “turfeiras que sirvam de combustível” (*idem*, pp. 43-9).

No vasto domínio da Seção de Zoologia, para a qual não bastava a descrição e classificação sistemática, ou o estudo da estrutura dos organismos e de suas funções fisiológicas, o ‘essencial’ era o “proveito de que as artes, a medicina e a economia doméstica [podiam] tirar das numerosas legiões de seres viventes”. Como os animais podiam ser considerados “quer sob o ponto de vista da história natural e deste modo classificados segundo algum sistema particular ou estatisticamente como manancial de riqueza e apreciados segundo sua importância”, à seção cabia a obrigação de descrevê-los exatamente, “priorizando o estudo dos animais ainda imperfeitamente descritos ou desconhecidos para sua organização no sistema geral de Cuvier”. As instruções de Ferreira

Lagos, ricas em detalhes, lembravam, além da importância da descrição dos mamíferos, aves, insetos, a discrepância dos naturalistas na classificação das serpentes brasileiras e a contribuição que se poderia dar à ictiologia, dada a 'fama' dos rios e lagos brasileiros, por sua variedade de peixes. Além do que, "o Museu Nacional [achava-se] mui pobre neste ramo, e por isso [convinha] formar uma boa coleção de peixes, tanto marinhos como fluviais" (ibidem, p. 54).

Ferreira Lagos ainda recomendava "de todas as espécies de animais coligirá o número de exemplares que entender ... segundo seu maior ou menor valor científico, tendo em vista que, além do Museu Nacional dessa Corte, outros existem em algumas províncias, onde convém sejam igualmente depositados servindo os que sobraem para fazer-se trocas com museus estrangeiros". Lembrando ainda a instrução do Museu de Paris, acrescida dos comentários da Academia de Lisboa, que servira de base para a organização do Museu Nacional do Rio de Janeiro (Lopes, 1993); o *Manual do naturalista preparador* de Boitard e os tratados então modernos de taxidermia, ressaltava a importância dos desenhos para captar as cores vivas das plantas e animais, que se perderiam com o tempo (*Revista do IHGB*, t. 15, 1856, p. 59). Sobre a necessidade da coleta de exemplares vivos, para estudos posteriores, dizia:

"quando o Governo Imperial não possa ainda realizar a idéia do digno diretor do Jardim Botânico, o cons. Candido Batista de Oliveira, de criar naquele estabelecimento um parque zoológico à imitação dos existentes em outras nações cultas, onde melhor se surpreenda os costumes dos irracionais das nossas florestas e se faculta ocasião de compará-los com outros exóticos, serão esses animais oferecidos à Sociedade Imperial Zoológica da Aclimação fundada em Paris, ou a algum outro núcleo do mesmo gênero, lucrando assim as ciências e a humanidade" (idem, p. 61).

De fato, as relações dos diretores do Museu Nacional com a Imperial Sociedade de Aclimação Zoológica de Paris — tida como um referencial de atuação para esses naturalistas brasileiros — eram intensas à época. Foi desse intercâmbio que resultou a vinda dos camelos, mencionados no samba de enredo da Imperatriz. Capanema, que era membro da Sociedade parisiense e conhecia suas experiências de aclimação de animais em outros países, conseguiu a vinda dos animais, que, com efeito, não se aclimataram no Ceará (Burlamaque, 1857).

À Seção Astronômica e Geográfica cabiam os levantamentos astronômicos e topográficos relativos à determinação de posições geográficas, além de considerações sobre as vias de comunicação e as condições dos portos. A Seção Etnográfica se dedicaria aos

“principais elementos que servem para distinguir as raças humanas: a organização física, o caráter intelectual e moral, as línguas e as tradições históricas”. Estes elementos ainda não haviam sido estudados, sobretudo relativamente aos indígenas do Brasil, de maneira “a assentar em suas verdadeiras bases a ciência da etnologia” (*Revista do IHGB*, idem, p. 68). Citando Camper e Gall,⁴ Porto Alegre recomendava “desenhos fidelíssimos” para conhecimento das variações dos tipos físicos, a coleta de crânios e as tomadas de medidas e o estudo das línguas, entendido como “um complemento necessário ao estudo dos caracteres físicos” (idem, p. 70).

⁴ Petrus Camper (1722-89) foi o anatomista holandês, nascido em Leiden, que primeiro tentou a determinação do grau de inteligência de acordo com a abertura do ângulo facial, e Franz Josef Gall (1758-1828), médico alemão de Bade, foi o iniciador da frenologia.

Além das descrições e desenhos, orientava que se fizessem coleções de todos os enfeites, utensílios, instrumentos de música, armas, “de tudo enfim quanto possa servir de prova da indústria, usos e costumes dos indígenas, inclusive suas múmias e sepulturas, reparando-se, entre outras circunstâncias dignas de nota, na posição que elas ocupavam em relação aos pontos cardeais”. E como não poderia deixar de ser, para acompanhar “um diário circunstanciado com toda fidelidade, se buscará obter, em cada vila, cópias autênticas de documentos de interesse à história e geografia do país” (ibidem, p. 73).

Contando a princípio com o apoio do imperador, da elite cultural da Corte e mesmo repercutindo favoravelmente no exterior, como atesta a carta de Martius a Porto Alegre, em que o naturalista fala de “sua mais viva simpatia” à Comissão Científica e pede que por vezes fosse “honrado” com suas notícias e resultados (idem, t. 24, 1861, pp. 738-40), a comissão recebeu verbas suficientes para a compra de livros e instrumentos nos centros especializados europeus escolhidos pelos chefes de seção, que, à medida que iam sendo adquiridos, eram depositados na Academia de Belas Artes, mas, em meados de 1858, passaram a ser guardados no Museu Nacional, para onde também foram os novos armários comprados para organizá-los, dando origem ao que se constituiria na verdadeira biblioteca do museu.

A comissão teria sua trajetória um tanto controversa, desde sua prolongada demora em partir da Corte. Braga (1962), apoiado em cartas de Capanema a Gonçalves Dias, atribui a demora da partida da comissão à espera da queda do gabinete do marquês de Olinda, contrário aos interesses de Capanema. Mas, finalmente, a comissão saiu do Rio em 26 de janeiro de 1859, rumo ao Ceará. A província foi escolhida não em função de boatos sobre as riquezas do Ceará, mas sim em função de que:

“a opinião de que existiam grandes depósitos de metais preciosos no Ceará corria incontroversa; e essa opinião fortalecia-se com existirem no Museu Nacional amostras, colhidas naquela província, de galena de chumbo, e uma delas argenteífera, de sulfuretos de

antimônio e de zinco, de molibdato de chumbo, de ouro, cobre e ferro, além de salitre, soda, potassa, pedra-ume, caparrosa e xistos betuminosos. Pareceu portanto, e era acertado, verificar-se de uma vez por todas o que nisso haveria de real" (Proêmio, *Trabalhos da Comissão Científica de Exploração*, 1862, pp. ii-iii).

É importante ressaltar que a existência dessas amostras no museu parecem ter se constituído, de fato, em referências para o traçado da Seção de Geologia. Capanema chegou ao Ceará quatro meses após os outros, porque demorou-se na Bahia examinando alguns locais de possíveis ocorrências minerais indicados por Burlamaque, o diretor e responsável pela Seção de Geologia do Museu Nacional, à época. No relato das atividades de sua seção, Capanema vai mencionar, várias vezes, as dificuldades que teve em atingir os locais de onde provinham amostras analisadas no museu, bem como vai checar e completar nos afloramentos as informações de que dispunha sobre as potencialidades de tais amostras (*Trabalhos da Comissão...*, op. cit.).

O retorno e os resultados da comissão

"Balançou, não deu certo, não
Pois não passou de ilusão
Eles trouxeram o balanço do deserto
Mas não é o gingado certo
Pra cruzar o nosso chão...
O sertão não é só lamento
Meu momento é aqui
Faço a festa e lavo a alma
Hoje na Sapucaí "

Durante dois anos e cinco meses, a comissão percorreu as províncias do Ceará, atingiu regiões no Piauí, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Gonçalves Dias chegou até Manaus, passando por Belém e pelo Maranhão. Uma série de artigos publicados nos periódicos da época dão conta de seus trabalhos no período, entre eles o jornal *O Cearense* de 1859 a 1862; o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro; os artigos de Capanema sob o pseudônimo de Manoel Francisco de Carvalho no 'Ziguezague da Seção Geológica da Comissão Científica' publicados no Diário do Rio de Janeiro (1860-62), os *Trabalhos da Comissão Científica de Exploração*, Introdução de 1862; o primeiro folheto da Seção de Botânica (1862), e a *Flora Cearense* (reunindo o segundo e o terceiro folhetos) de Freire Alemão, além das publicações do IHGB; dos relatórios dos ministros dos Negócios do Império de 1856 a 1867; e a documentação de Freire Alemão, reunida na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

Os problemas enfrentados pela comissão, extrapolando os financeiros e aqueles decorrentes das condições climáticas e das precariedades do sertão nordestino, envolveram conflitos pessoais entre seus membros, mal-entendidos junto a autoridades e populações locais e até mesmo a suspeita de que um naufrágio teria sido intencional, o que acarretou a perda das coleções da Seção Geológica (Braga, 1962). Mas, a se avaliar por alguns resultados que comentaremos a seguir, não foi tudo desacerto na atuação da comissão, pelo contrário.

Em julho de 1861, a comissão voltou ao Rio de Janeiro. Reorganizada em novembro, para a continuidade das classificações e estudo dos produtos coletados (Souza Ramos, 1862), seus trabalhos continuaram sendo mencionados nos relatórios ministeriais até 1867, apesar de suas verbas terem sido suspensas totalmente em 1864, quando do início da guerra do Paraguai (Torres, 1867). Resumos das atividades de Freire Alemão, Capanema e Lagos foram apresentados nas sessões do IHGB em 1861 (*Revista do IHGB*, t. 24, 1861, pp. 769-87).

Sobre a Comissão das Borboletas, como foi apelidada pelos que não a consideravam de nenhuma relevância — “o pensamento corrente na Corte era o que de que fracassara por não haver encontrado os tesouros ansiosamente esperados”, diria Gonçalves Dias em carta publicada no *Jornal do Commercio* (10.5.1860), retratando bem o sentido da perda de apoio da comissão, pois que “mal se compreende como se tenha feito alguma cousa, sem se haver descoberto meia dúzia de minas de ouro ou prata, pelo menos” (Braga, 1962, p. 68). Mas, na verdade, se os objetivos esperados por alguns senadores e pelos jornais — a meiadúzia de minas de ouro e prata — não foram alcançados, um de seus objetivos explícitos, a obrigação de formarem coleções para o Museu Nacional, o foi plenamente.

Ao museu foram recolhidos 46 caixões vindos do Ceará com objetos coligidos pelas seções Geológica e Botânica, e, em fins de 1862, a Comissão Científica já estava instalada lá, para continuar os estudos e classificação do material coletado, tendo inclusive sido mandadas pintar e arrumar as duas salas que passaram a ocupar.⁵

Mas para o museu foram não só as coleções. Foram também os instrumentos e materiais para se usar na preparação de produtos (Doc. Mus. Nac., 21.8.1865, pasta 7), bem como os livros e mesmo os seus diretores, que, em alguns casos, continuaram lá seus trabalhos iniciados na comissão. Seus mais de mil livros iriam constituir a parte mais preciosa da Biblioteca do museu, onde também foram depositadas uma série de estampas de zoologia, etnologia e mineralogia (Cunha, 1966).

O herbário, que foi reunido ao do museu, contava com “14 mil amostras guardadas em caixas de folha-de-flandres soldadas e revestidas de madeiras que chegaram em muito bom estado”.

⁵ Ver Docs. Mus. Nac., 129, pasta 6, 5.7.1861; 38 e 65, pasta 7, 1862 e 1863. Ver, ainda, carta de Freire Alemão ao ministro José Joaquim Ferreira Torres, comunicando que foram reunidas às do Museu Nacional as coleções zoológicas pertencentes à Comissão Científica (do Ceará). Museu Nacional, 14 de junho 1867, Coleção de Manuscritos da Biblioteca Nacional códice I, 28, 2, 19, nº 1 cód. 1 (Coleção Freire Alemão).

Foi talvez a maior contribuição botânica que até então havia entrado no acervo científico do museu, sobre a qual Freire Alemão teria escrito a De Candolle: "poucas plantas fanerógamas e de certo porte nos escaparam" (Braga, op. cit. p. 92). Sobre essas coleções, Freire Alemão afirmava que:

"pelo balanço que se está dando nas coleções chegou-se ao conhecimento do número dos exemplares dos ramos secos, os quais excedem de 12 mil, faltando-nos uma caixa que ainda não chegou do Ceará e que deve contar obra de dois mil exemplares. Os que já foram contados e separados acham-se incluídos em 110 famílias naturais. Está-se agora cuidando na separação dos gêneros e espécies" (*Trabalhos da Comissão...*, 1862, cxviii-cxix).

Quanto às coleções zoológicas, Ferreira Lagos informou que:

"excede a quatro mil exemplares de aves, todos preparados de maneira tal que nada deixam a desejar, devido à habilidade dos Villa Real e muitos mesmo já montados perfeitamente em diversas posições estudadas do natural. Quase 2/3 das espécies obtidas não existiam no Museu Nacional, apesar de as haver aqui e em outras províncias donde se deduz que foi um bom incremento da sua coleção ornitológica, que aliás não é das mais pobres. Na classe dos répteis ... conseguiu-se oitenta e tantas espécies, e algumas bem curiosas, pertencentes aos sáurios e ofídios; ... A diligência porém elevou a nossa coleção a mais de 12 mil insetos, que chegaram em perfeitíssimo estado de conservação e alguns obtidos principalmente nos Cariris são de espécies novas. ... Foi rica a colheita de himenópteros servindo de prova o painel que figurou na Exposição Nacional, o qual encerrava 26 espécies de abelhas do Ceará acompanhadas do mel e cera" (idem, clxii, clxiii, clxv e clxvi).

Lagos ainda afirmava, em seu relatório, que também vieram animais vivos, principalmente do Cariri. No início, eram mais de cem mamíferos, aves e répteis, mas foram morrendo durante a viagem, e os poucos que restaram foram entregues a Burlamaque, que, dada a falta de acomodações no museu, os enviou para a chácara do comendador Antonio José Alves Souto. Sobre "este ilustre cavalheiro", Lagos nos informava que ele mantinha um jardim zoológico aberto à visitação pública. "Não poupando incômodos e despesas avultadas a fim de conservar vivos os mais notáveis animais, tanto exóticos como indígenas. ... Franqueando à curiosidade pública o seu jardim zoológico, o sr. comendador Souto não se esquece também de remeter para o Museu Nacional os animais que morrem e desta maneira vai lucrando aquele estabelecimento público" (idem, clvi, clvii).

A maior parte do material indígena da Amazônia foi destinada ao IHGB, e as estampas etnográficas, representando utensílios, ornatos, armas e outros artefatos indígenas, foram litografadas no Instituto Artístico do Rio de Janeiro e coloridas à mão por Henrique Fleiuss. Essa série figurou na Exposição Antropológica que Ladislau Netto, diretor do Museu Nacional, organizaria em 1882.

Em cartas aos seus correspondentes no Brasil, Martius cobrou maiores informações sobre a comissão, tanto o relatório, como amostras de plantas por ela descobertas e que deveriam entrar em sua *Flora brasileira*. A Ladislau Netto, em outubro de 1866, solicitava que “se Vossa Senhoria falar com o sr. cons. Freire Alemão peço que lhe dê mil lembranças e que lhe pedisse comunicação de suas descobertas. Não entendo por que justamente estas não me foram confiadas. É pena que não saibamos nada sobre essa expedição do Ceará.” Segundo Saldanha da Gama, Freire Alemão teria respondido às solicitações de Martius dizendo que: “Nessa não caio eu; hei de remetê-las somente depois de publicadas suas descrições; a diagnose há de ser minha, boa ou má. Não é pouco vê-los lá na Europa desfazendo o que eu faço e corrigindo, mudando e dando a outrem o que a mim pertence” (Saldanha da Gama, 1875, p. 103).

Com o material trazido pela comissão, o Museu Nacional foi o primeiro a organizar, à moda das exposições européias, uma “exposição de indústria” no Rio de Janeiro em setembro de 1861, com os produtos naturais e relacionados aos usos e costumes da província do Ceará.

A Exposição da Indústria Cearense reuniu produtos naturais, tais como pássaros, insetos e répteis, sobretudo ofídios e sáurios em perfeito estado de conservação e grande número de espécies, que mesmo não sendo exclusivas do Ceará não existiam até então no Museu Nacional. E além de “despertar a mera curiosidade e o interesse científico” evidenciava a utilidade dos produtos, como, por exemplo, as 18 diferentes qualidades de mel de abelhas só do Ceará, com propriedades medicinais; as resinas, gomas, tintas, ceras, como a da carnaúba; variedades de produtos agrícolas, como café, arroz, feijões (25 variedades), tabaco e milho; diferentes tipos de madeiras, para móveis e utensílios domésticos, como copos, tigelas, pratos, cuias; as roupas de couro, redes, crivos e rendas “tão bem acabadas e tão delicadas que rivalizam com as de Flandres”. Os jornais da época elogiaram bastante a iniciativa de Ferreira Lagos e a disposição artística dos objetos (Moreira de Azevedo, 1969).

O êxito dessa primeira iniciativa teria, inclusive, fortalecido a idéia da primeira Exposição Nacional, preparatória para a Exposição Universal de Londres, em 1862, primeira de que o Brasil participou oficialmente. A distância a se percorrer entre a

‘indústria’ cearense exposta no Museu Nacional e aquela que fora exibida no Crystal Palace de Londres na década anterior — lançando a moda das exposições universais — não era intransponível, no entender daqueles naturalistas que tinham no esquadrinhamento do país a base de sua crença para a modernização, os avanços científicos e industriais, enfim, para o “progresso e o desenvolvimento” de que falava o *Diário do Comércio*, em defesa da Comissão das Borboletas.

Assim, criada em contraposição aos trabalhos de algumas das expedições estrangeiras, como a de Castelneau, mas fortemente inspirada nessas iniciativas, a Comissão Científica invocaria a última expedição austríaca que visitara o país em 1857, para explicar a publicação apenas dos seus ainda “relatórios sumaríssimos” em 1862. Gonçalves Dias afirmava que:

“Lá coligiu-se, tomaram-se notas, fizeram-se observações, e pouco mais se pôde fazer do que isso. Resta agora o mais difícil: o estudo das coleções, a consulta dos autores, a disposição das matérias, a revisão, coordenação e redação das notas e observações, o que é negócio de meditação e de tempo. Uma comissão idêntica organizada pelo governo austríaco e que há anos aqui esteve no Rio de Janeiro, na fragata *Novara*,⁶ viajando com outras comodidades, que não teve a comissão brasileira, e hoje de volta à Europa, habilitada e dispondo de outros recursos, que estamos muito longe de possuir, para a mais pronta execução e apresentação dos seus trabalhos pediu para isso quatro anos e esse prazo mínimo reclamado pela Seção Etnográfica a cargo do ilustre sr. dr. Carlos Schertzer, a ninguém pareceu excessivo. Pouco afeitos a publicações desta natureza, entre nós acontecerá infelizmente o contrário” (Proêmios, *Trabalhos da Comissão...*, idem, pp. 162-3).

Implantar as ciências naturais em casa poderia significar também, à semelhança do que ocorria com os naturalistas europeus que nos visitavam, desejar maiores favores imperiais — buscar o mecenato e a situação de prestígio que muitas vezes se atribuiu a esses viajantes estrangeiros que recebiam pensões e proteções, ou reconhecimento e consideração social de parte da Corte e da sociedade da época. Porém, mais do que isso, tal qual a grande maioria das expedições estrangeiras do século XIX em que se inspirava, também a Comissão do Ceará era integrada pelos naturalistas profissionalizados nos museus e instituições científicas. Suas demandas integravam os esforços que estes homens de ciências faziam então, para consolidar sua atividade científica, enquanto um campo de conhecimentos autônomo, que lhes conferisse prestígio político e reconhecimento profissional de forma não dissociada da pretensão de contribuir para as ciências universais, que, julgavam, não tinham pátria.

⁶ A fragata *Novara*, sob o comando do comodoro Wulberstorf-Arbair, fez longo cruzeiro de circunavegação entre 1857 e 1859. A descrição da viagem é feita pelo dr. Karl von Scherger, e vinham como naturalistas da expedição Frauenfeld e Hochstetter. Partindo de Trieste a 30 de abril de 1857, o Rio de Janeiro foi o único porto de nossa costa visitado. A *Novara* esteve no Rio de Janeiro de 5 a 31 de julho de 1857. Os naturalistas austríacos foram recebidos no IHGB e na Palestra Científica e fizeram uma excursão a Petrópolis (Mello Leitão, 1934).

Esta busca de consolidação e reconhecimento de atividades profissionais, que se esboça no discurso de Gonçalves Dias, fica mais clara se a compreendemos à luz do que nos explicam Barnes e Shapin (1979) sobre o naturalismo científico. Este meados do século XIX é exatamente o período em que o naturalismo científico, enquanto uma ideologia explicitamente articulada ou um estilo difuso de pensamento, se emergente desde o início do século XIX, iria alcançar sua forma completamente desenvolvida. Estabelecendo o escopo universal do método e procedimento científico, ele foi a ideologia que sustentou a rápida ascensão dos novos grupos profissionais. E entre esses inserimos nossos profissionais do museu: naturalistas, leigos, interessados, engenheiros, médicos, que até quase o final do século lá foram se tornando taxidermistas, biólogos, zoólogos, geólogos, arqueólogos, antropólogos.

Como aquelas expedições, os objetivos da Comissão de Exploração eram também o levantamento das condições materiais disponíveis para seu aproveitamento comercial e industrial. Objetivos esses que não se desvinculavam dos propósitos de enriquecer os museus, esses locais de estudo comparativo das ciências naturais, as quais, por sua própria concepção, incluíam seu sentido de utilidade e universalidade

Mas, se no caso da Comissão do Ceará não havia sentido (e nem dinheiro) de percorrermos o mundo, como no caso de muitas das expedições estrangeiras que aqui aportaram, tratava-se então de mobilizar o imenso 'mundo' que eram as próprias províncias brasileiras mais desconhecidas. Tratava-se igualmente de prover quer o Museu Nacional, quer os museus do mundo de produtos particulares dessas regiões. Se não possuíamos ainda jardins zoológicos, dada nossa inserção e posição de fornecedores nos quadros do mundo científico internacional, nada mais adequado do que doá-los à Sociedade de Aclimação de Paris, com quem nossos diretores do museu mantinham intercâmbio. Evidentemente, como a comunidade científica emergente no país possuía suas divergências e desacordos, e possivelmente capacidades científicas diferenciadas, ao envio em bruto de matérias-primas, Freire Alemão preferia primeiro fazer suas classificações, para depois enviar seus resultados para a Europa.

O Museu Nacional, que lutava desde sua origem por verbas para aquisição de coleções, naturalistas viajantes efetivos em seus quadros e enfrentava todo tipo de dificuldades para realizar suas explorações cotidianas, mesmo nas cercanias do Rio de Janeiro, lucrou enormemente com a comissão. Havia chegado sua vez de se integrar à mobilização geral do mundo, de que falava Latour (1987). Se a comissão finalmente só agora "fez a festa na Sapucaí", o Museu Nacional havia na ocasião literalmente "lavado a alma".

LOPES, M. M. 'Mais vale um jegue que me carregue, que um camelo que me derrube... lá no Ceará'. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, III (1): 50-64 mar.-jun. 1996.

Este artigo, sobre a história da Comissão Científica de Exploração das Províncias do Norte e Nordeste do Brasil, ressalta aspectos pouco conhecidos do quanto essa primeira expedição de naturalistas e engenheiros brasileiros, proposta através do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1856, integrava as atividades científicas do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Tais aspectos também nos permitem aclarar o significado da inserção do Museu Nacional do Rio de Janeiro no panorama científico do país em meados do século passado, bem como perceber melhor as redes de relações científicas, institucionais, políticas e mesmo pessoais entre aqueles que se dedicaram a implantar e consolidar as ciências naturais no país.

PALAVRAS-CHAVE: ciências naturais, história da ciência, expedições científicas, Museu Nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Fontes manuscritas Documentos Museu Nacional (Doc. Mus. Nac.), pastas 6 e 7, 1861 a 1865.
Alemão, F. Carta a José Joaquim Ferreira Torres, comunicando que foram reunidas às do Museu Nacional as coleções zoológicas pertencentes à Comissão Científica (do Ceará). Museu Nacional, 14 de junho 1867. Coleção de Manuscritos Freire Alemão, Biblioteca Nacional, códice, I, 28, 9, 80.
- Fontes impressas Barnes, B. e Shapin, S. (orgs.)
1979 *Natural order (Historical Studies on Scientific Culture)*. Londres, Sage Focus Ed.
- Braga, R. História da Comissão Científica de Exploração. Fortaleza, Imp. Univ. do Ceará. 1962
- Burlamaque, F. L. C. *Aclimação do dromedário nos sertões do Norte do Brasil e da cultura da tamareira: com a tradução do relatório de Mr. Dareste, apresentada à Sociedade Zoológica de Aclimação de Paris, sobre o mesmo assumpto*. Rio de Janeiro, Typ. Nac. 1857
- Couto Ferraz, L. P. do Relatórios apresentados à Assembléia Geral Legislativa pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império. Rio de Janeiro. Typ. Nac. 1857
- Cunha, D. F. F. da *A biblioteca do Museu Nacional do Rio de Janeiro: 1863-1963*. Rio de Janeiro, Museu Nacional. 1966
- Latour, B. *Science in action. How to follow scientists and engineers through society*. England, Open Universty Press, p. 274. 1987
- Lopes, M. M. *As ciências naturais e os museus no Brasil, no século XIX*. Tese de doutoramento. São Paulo, Departamento de História da FFLCH/USP. 1993
- Macedo, S. T. de Relatório apresentado à Assembléia Legislativa na terceira sessão da 10ª legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império. Rio de Janeiro, Typ. Univ. de Laemmert. 1859
- Mello Leitão, C. de M. *Visitantes do Primeiro Império*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 251p. Coleção Brasileira, série V, vol. XXXII. 1934
- Moreira de Azevedo, M. D. *O Rio de Janeiro, sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades*. 3ª ed. anotada por E. de O. Belchior, Rio de Janeiro, Liv. Brasileira Ed., 2 vols. 1969
- Revista do IHGB* Tomos 15 e 19, Rio de Janeiro. 1856

- Saldanha da Gama, J. de
1875 'Biographia e apreciação dos trabalhos do botânico brasileiro Francisco Freire Alemão'. *Revista do IHGB*, t. 38, pp. 51-126.
- Souza Ramos, J. I. de
1862 Relatório apresentado à Assembléia Geral na segunda sessão da 12^a legislatura pelo ministro e secretário dos Negócios do Império. Rio de Janeiro, Typ. Nac.
- Torres, J. J. F.
1867 *Relatório* apresentado à Assembléia Geral na primeira legislatura pelo ministro e secretário dos Negócios do Império. Rio de Janeiro, Typ. Nac.
- Trabalhos da
Commissão
Scientifica
de Exploração.*
1862 Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert.
Col. Alvarus, 3 v. il. (grav.).

Recebido para publicação em novembro de 1995.